

## **Por um PSOL Popular**

O PSOL está consolidado como uma alternativa de esquerda, combativa, socialista e democrática para milhares de lutadoras e lutadores engajados em lutas políticas e sociais. Somos o partido da renovação da esquerda brasileira. Isso só foi possível porque não tivemos medo de tomar lado em momentos críticos da história recente do Brasil. Foi assim na denúncia do golpe contra Dilma, na participação na campanha pela liberdade de Lula, no enfrentamento à criminalização da política promovida pela Lava Jato, na construção da resistência e enfrentando a investida da extrema direita com Bolsonaro, quando tomamos a decisão histórica de participação na frente eleitoral que venceu as eleições presidenciais de 2024.

Nosso partido manteve sua identidade combativa, se negou a fazer escolhas sectárias que o levariam a um isolamento, e decidiu por somar forças no enfrentamento da extrema direita, que culminou com a derrota eleitoral de Bolsonaro, e exige de nós a continuidade do enfrentamento à extrema direita, bem como de um governo Lula eleito por uma frente ampla que o leva a ser chantageado permanentemente por parte do Congresso Nacional e do sistema financeira.

Nos encontramos diante de mais um congresso partidário muito importante para definir os rumos do PSOL. Pretendemos seguir fortalecendo o partido como alternativa de esquerda, como partido conectado com as lutas do povo brasileiro, cada vez mais presente nas periferias, favelas, na Amazônia, no Nordeste, nas grandes cidades, nos interiores. Um PSOL com a cara do povo brasileiro e à altura dos desafios políticos que se apresentam.

## **Um Brasil em reconstrução: lutar para que o governo Lula dê certo**

O novo ciclo de inovação tecnológica que estamos vivenciando tem se caracterizado até aqui por profundas derrotas para as classes trabalhadoras que viram seus direitos previdenciários reduzidos, seus direitos trabalhistas relativizados e milhões de trabalhadores caindo na informalidade e no trabalho precarizado, sem direitos sociais e impelidos a jornadas de semelhantes àquelas verificadas no início do século XIX. Este é um fenômeno global, embora com velocidades e capacidades de resistência diferentes conforme o país e as tradições de luta e organização dos trabalhadores.

Essa realidade impõe processos de resistência, conflitos, desde a crise econômica de 2008, que tem se ampliado, e tem como característica a heterogeneidade e ausência de lideranças claras, o questionamento aos limites da democracia liberal, bem como a permanente disputa de hegemonia entre a esquerda, cujas forças tradicionais entraram em crise em vários países, e a extrema direita, que ascendeu durante esse período. Este fenômeno foi possível porque milhões de trabalhadores se sentiram mobilizados pelas ideias radicais do neofascismo, sua retórica antissistema e a disseminação de ódio aos “culpados da vez”, promovendo a misoginia, a lgbtfobia, o racismo, a aporofobia, o ataque aos imigrantes e aos povos originários.

O individualismo e a ausência de vínculos coletivos e de compartilhamento de identidades dificultam a formação de consciência de classe, bem como a percepção do Estado como algo que não garante direitos, mas apenas pune, controla e cobra impostos, torna a tarefa da esquerda mais difícil.

A eleição de Bolsonaro, que se aproveitou da crise política aberta a partir de 2015 para construir-se como alternativa, reflete bastante essa situação no Brasil, apoiando-se também na prisão e cassação ilegal de Lula e o uso em massa de fake News.

A derrota desse que foi o pior governo da história recente de nosso país só foi possível porque a tragédia produzida por Bolsonaro durante a pandemia e na gestão da política econômica aprofundaram as divisões entre as frações das classes dominantes, fazendo com que uma parte da grande burguesia apoiasse Lula com seus aparatos. A eleição de Lula foi uma vitória essencial que interrompe o desmonte praticado pela extrema direita, mas não significa o fim desta disputa. Desde o golpe contra Dilma, a agenda política e a correlação de forças se deslocaram muito para a direita. Por isso, subestimar a ameaça da extrema direita seria um erro grave, bem como sobrevalorizar o significado da vitória eleitoral apertada de Lula em 2022.

O atual governo repete características de seus governos anteriores, governando dentro dos limites da correlação de forças dada e dos acordos parlamentares possíveis, numa condição que não garante sequer a hipótese de repetir o melhor de seus governos anteriores. Se a revogação do Teto de Gastos era um imperativo já com largo consenso, o Novo Arcabouço Fiscal expressa uma visão conservadora da gestão das contas públicas.

Nesse cenário, Lira e o Centrão partiram para a ofensiva. Além da aprovação das novas regras fiscais com apoio de quase toda a base governista (as exceções foram PSOL e Rede Sustentabilidade), a Câmara dos Deputados votou a urgência do PL 490, que cria o famigerado Marco Temporal e “congela” a demarcação de terras indígenas, alterou atribuições ministeriais na votação da MP 1054, esvaziando os ministérios do Meio Ambiente e Povos Indígenas, e flexibilizou regras para o desmatamento da Mata Atlântica. A ofensiva conservadora sobre as leis ambientais gerou uma reação instantânea de cobrança da base social mais à esquerda do governo. A reação, no entanto, foi tímida. Até aqui a opção tem sido pela governabilidade a qualquer custo, uma opção preocupante.

O parlamento tem em suas mãos diferentes CPIs e CPMI, a extrema direita tenta fazer dessas um espaço para permanecer ativa nas redes sociais ao mesmo tempo que tenta enfraquecer seus resultados, e até manipular seus resultados. Felizmente temos parlamentares da esquerda comprometidos em trazer a luz os desmandos do governo Bolsonaro, da tentativa de golpe do 8 de janeiro. Nessa disputa, a esquerda tem seis deputadas denunciadas, em tempo recorde, na comissão de ética, uma clara tentativa de criminalizar, desqualificar e calar as mulheres deputadas, em uma acusação sem fundamento, até o presidente a Câmara diz pelos corredores que as deputadas serão punidas. Elas são acusadas de falta de decoro parlamentar por falar de genocidas e

assassinou quem vota a favor da PL 490/2007, que trata do marco temporal. Defendemos uma ampla campanha contra “o cassa as bruxas” no parlamento brasileiro.

Nessa realidade política, destacamos a importância do papel da esquerda e em particular do PSOL no parlamento, nas CPIs e CPMLs. Defendemos e sabemos o quanto é crucial o apoio ao governo Lula ao mesmo tempo que pressionamos o seu avanço com nossa intervenção parlamentar e com as ações e lutas populares. Sabemos que é preciso ocupar as redes sociais como contraponto à imprensa de massa, mas sabemos que nesse momento é imprescindível fortalecer e investir na organização, na formação de base, na mobilização social para garantir que o governo avance.

As forças conservadoras têm criado novos espaços políticos para seu protagonismo dentro do parlamento. O uso das CPIs e CPMLs para atacar o governo e base organizada da esquerda tem sido prática constante nesse início de governo.

Os quatro anos de experiência com o governo Bolsonaro, as condições dramáticas da vitória de Lula no segundo turno, e a turbulenta transição com permanentes ameaças golpistas culminando com o levante fascista de 8 de janeiro, reforçaram o sentimento de coesão em torno do governo por parte da base social da esquerda em geral e do próprio PSOL. O espaço para a construção de alternativas neste período está temporariamente interditado. Por isso a tarefa do PSOL deverá estar orientada a viabilizar o governo Lula, única trincheira viável para impedir o retorno da extrema direita ao poder em 2026. Este imperativo, no entanto, não torna o caminho do PSOL fácil.

O programa político que sintetizou a correlação de forças para derrota de Bolsonaro em 2022 está sob constante ataque no cenário da Câmara Federal. O grupamento político do Centrão, conduzido atualmente por Lira, tem adquirido sobremaneira protagonismo ao trazer para esta casa a condução da governabilidade necessária ao governo eleito.

Impedir o cumprimento deste programa e das promessas de campanha é provocar desgaste na imagem da esquerda como solução para a crise social, econômica e ambiental que se apresenta.

O PSOL deve seguir ocupando o espaço da esquerda na base do governo Lula, de força política a ser ouvida nas negociações de mérito dos projetos do Executivo, sem deixar de expressar dissenso sempre que isso se impuser. Em outras palavras, lutaremos para que o programa eleito nas urnas seja cumprido, buscando formar alianças com setores da classe trabalhadora para esse fim, mesmo que eventualmente isso nos coloque em contradição com posições definidas pelo próprio governo. É preciso pensar uma “governabilidade a quente” com forte mobilização popular. As ações políticas do PSOL devem contribuir para pressionar o governo no enfrentamento às pressões da extrema direita, mas sobretudo para avançar na organização de nossa militância, das nossas bases e no fortalecimento de um Psol

popular visto pela sociedade brasileira como alternativa de esquerda nesse cenário de disputa por projeto para o Brasil.

### **Conjuntura Estadual**

Como reflexo e fator do cenário político de 2022, o estado do Rio Grande do Norte vem experimentando movimentos de tentativas de transferência de governabilidade do poder do executivo para cenários dentro da assembléia legislativa.

Entretanto, o governo estadual de Fátima, reeleito em 1º turno, enfrenta uma conjuntura mais favorável para implementar um programa que abarque necessidades da classe trabalhadora no estado, cabendo a organização e mobilização popular para pressionar o governo no rumo de interesse da classe trabalhadora.

Mas, o fato de no segundo turno, em Natal, Bolsonaro ter mais de 47% dos votos, mostra que a extrema-direita tem força política no nosso estado, principalmente na capital, onde o prefeito bolsonarista declarado foi re-eleito em 2020 no 1º turno. Então, a nossa tarefa política prioritária é derrotar a política de ódio, medo e preconceito representada pela extrema direita. Essa é a nossa prioridade política e por isso, temos muita nitidez de quem precisamos enfrentar no nosso estado.

O governo estadual acumulou uma série de contradições nesses primeiros meses. A greve na educação que ocorreu já em março é um exemplo disso, assim como a luta pelo pagamento do piso da enfermagem.

Entendemos que a educação pública de qualidade é um direito, logo é urgente a superação dos problemas da educação. É preciso continuar lutando por maior investimento em educação, que durante os dois anos de pandemia acumularam maiores índices de defasagem de aprendizado, assim como de evasão escolar, em especial entre os estudantes mais pobres que não tiveram acesso à educação de forma remota. Como também pela formação continuada de professores, por merenda escolar de qualidade com cardápio que atenda as demandas nutricionais dos educandos, inclusão digital, gestão democrática, entre outras.

As categorias da Enfermagem tem apresentado uma luta constante pelo seu Piso Salarial. A luta pelo piso transitou das ruas para o legislativo, e atualmente se encontra em debate junto ao judiciário. Esse desembocar da luta para o campo do jurídico tem causado desamparo a esses trabalhadores e trabalhadoras, ao ponto em que gestores e patrões se arvoram disso para não garantir a implementação do piso.

Há que se retornar para as ruas, e a adoção de movimento grevista para reestabelecer o equilíbrio de forças políticas diante deste pleito. A categoria tem se mantido mobilizada, sendo um importante ator das lutas recentes da classe trabalhadora no país.

A luta nacional e estadual pelo Piso da Enfermagem assumem caracter de mobilização de massa, que contribui para o fortalecimento da pauta da classe trabalhadora dentro do setor da saúde.

O governo estadual propôs aumento da alíquota do ICMS. O ICMS é um imposto atrelado diretamente ao consumo e o aumento nas alíquotas interfere diretamente no poder de consumo da população. Tal posicionamento conservador prejudica diretamente o trabalhador, em maior gama aqueles que recebem até 1 salário mínimo. Estudos do DIEESE apontam que o impacto na renda do trabalhador pode ser de até 15%.

Modelos de tributação que incidam sobre grandes fortunas, em detrimento do consumo. O aumento de “impostos de carros de alto padrão, aeronaves, embarcações de uso privado como iates, lanchas e navios, transação de bens de alto valor, dentre outros” podem suprir necessidades do Estado, preservando a renda dos trabalhadores.

O PSOL deve promover e participar espaços de ampliação do debate e da luta pela taxações de grandes fortunas no estado, e contra o aumento do ICMS.

Ainda, o RN precisa de investimentos em infraestrutura, em especial para o interior do estado para que seja possível desenvolver economicamente todo o nosso estado.

O estado do Rio Grande do Norte, durante o governo Bolsonaro teve grande prejuízo econômico com o rebaixamento da Refinaria Clara Camarão e a saída da Petrobras do Estado. Trabalhadores chegaram a ser transferidos para outros estados. O retorno da Petrobras ao estado e o anúncio da abertura de uma diretoria de energias renováveis em Natal, sinalizam para aumento de investimento e retornos para o comércio e indústria.

Entretanto, o impacto que a adoção algumas fontes de energias renováveis têm causado no ambiente e em populações locais não é passível de ser desconsiderado.

A luta por moradia, assistência social, questões ambientais, desenvolvimento econômico com sustentabilidade, geração de energias renováveis sem crime ambiental nem sociais contra as pessoas dessas localidades, saúde de qualidade e acessível, também devem ser pautas que o PSOL RN deve abraçar junto aos movimentos sociais, assim como a luta por direitos das mulheres, negros e negras, dos povos indígenas e da população LGBTQIA+, o combate a toda discriminação e a valorização das diferenças.

A crise na segurança pública é um tema que precisa ser enfrentado e não pode ser encarado apenas como caso de polícia. A segurança pública está diretamente conectada com o enfrentamento direto da desigualdade social e a falta de direitos sociais. Na ausência dessa perspectiva a segurança pública assume um caráter de encarceramento e extermínio da população negra jovem, sem solução real a essa questão social.

Segundo dados do Atlas da Violência (2021), de 2014 a 2019, no RN houve um decréscimo de 18,3% na taxa de homicídio. Apesar de ainda ocupar posição preocupante quando avaliadas as taxas de homicídio de juventude e de mulheres.

A politização do bolsonarismo dentro das forças de segurança e repressão são outros fatores recentes a se considerar na crise de segurança pública.

Nessa conjuntura deve-se destacar a luta dos grupos populares de familiares e vítimas pela apuração das execuções da juventude e das mulheres assassinadas pela violência policial, violência doméstica, e feminicídio, principalmente nas periferias, onde o poder público, quando chegar, chega apenas para ser repressão.

O Rio Grande do Norte passou por uma disputa eleitoral com decréscimo no desempenho do PSOL, com uma votação inexpressiva reelegeu Fátima Bezerra no primeiro turno, derrotando o candidato do bolsonarismo representado pela candidatura de Fábio Dantas, mesmo assim, elegeu, o então ministro do governo Bolsonaro, Rogério Marinho ao senado, que representa a extrema direita.

O PSOL enfrenta no estado do Rio Grande do Norte uma tarefa árdua, que é o fortalecimento do partido diante de suas instancias. Ampliação da incorporação da experiência dos atores políticos organizados em movimentos e entidades, para apreensão e compreensão das pautas populares como elementos de análise e intervenção na realidade estadual.

O desafio de ampliação de forças políticas para defesa de programa democrático, popular e classista também se apresenta ao PSOL no estado do RN

## **As eleições de 2024**

No novo ciclo político inaugurado com a eleição de Lula, a disputa municipal de 2024 será um teste importante para aferir a relação de forças com a direita liberal e a extrema direita, mas serão também um teste importante para o PSOL se afirmar como partido vocacionado para a disputa de poder.

Derrotar a extrema direita nas disputas municipais deve ser o objetivo central do PSOL, mas consolidar referências à esquerda dentro do campo democrático com a busca da unidade das forças de esquerda e centro-esquerda nos primeiros turnos das eleições também deve nortear as nossas escolhas. Conceber uma política de alianças mais ampla que mantenha a hegemonia de um projeto popular e de esquerda, melhorarão as condições de governabilidade e de sustentabilidade parlamentar dos nossos governos.

Usaremos as eleições municipais para disputar uma agenda de ampliação de direitos para os trabalhadores precarizados, reforçando lideranças com capacidade simbólica de dialogar com as periferias, especialmente mulheres, negras e negros, indígenas e LGBTQIA+ reafirmando o papel do PSOL como alternativa política antissistema.

## **Um PSOL mais forte e preparado**

É preciso reconhecer que nos últimos anos o PSOL se fortaleceu nacionalmente. Na última atualização da Justiça Eleitoral somamos mais de 70 mil novos filiados no país – o maior crescimento da história do partido – e temos uma bancada combativa, diversa e representativa na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Na Câmara temos a maior bancada da história, resultado direto das opções táticas que fizemos nos últimos anos. É forçoso admitir que se tivessem sido vitoriosas

as táticas do “Fora Todos”, “Viva a Lava Jato” ou candidatura própria no primeiro turno de 2022, o PSOL hoje ocuparia um papel marginal na política brasileira.

Na última gestão, iniciada no VI Congresso Nacional, consolidamos a política de unidade das esquerdas, com o fortalecimento do fórum dos partidos progressistas. Estreitamos as relações entre a direção nacional e nossos dirigentes estaduais através do projeto “PSOL pelo Brasil” que levou representantes da Executiva Nacional aos 27 estados da federação. Com a iniciativa “Direito ao Futuro” o PSOL abriu um amplo debate com setores sociais que buscavam fortalecer propostas de esquerda para a reconstrução do país. Nossa Fundação Lauro Campos-Marielle Franco voltou a ser um espaço de elaboração aberto à militância. E a I Conferência da Amazônia foi um marco no processo de compreensão do PSOL em relação ao papel da região na construção de um projeto democrático, soberano e ecossocialista para o Brasil.

No âmbito estadual, a realidade do PSOL RN é delicada. Temos uma direção estadual que se fecha ao fortalecimento da tendência majoritária, não viabilizando iniciativas políticas de construção e enraizamento do partido, seja na formação política, na comunicação e na interiorização do partido. Em relação à tática eleitoral adotada pela maioria da direção, as candidaturas proporcionais foram abandonadas pela direção, que sem estrutura e sem recurso não teve expressão na campanha e sua votação geral foi inexpressiva. Não à toa, o Rio Grande do Norte que já elegeu deputado estadual retrocedeu, resultado de uma tática eleitoral desastrosa da direção estadual.

### **Podemos mais!**

Reconhecer que nosso partido nacionalmente está mais forte, mais enraizado, mais estável e mais maduro, não significa dizer que ele está pronto para os enormes desafios que temos diante de nós. Por isso é preciso apontar limites e soluções.

Entre os limites mais evidentes está a manutenção de certa dinâmica fracional, que produzem uma dinâmica em que alguns setores não se responsabilizam pelo pela direção partidária, privilegiando sua autoconstrução, com iniciativas isoladas e feitas à revelia do debate coletivo.

1. Comunicação: Reforçar a presença do PSOL e das visões do campo progressista nas redes sociais, um espaço crucial para a difusão de ideias e mobilização popular, defendendo a difusão de software livre e do amplo acesso da população a essas tecnologias através da inclusão digital.

2. Organização, funcionamento, democracia: realização de plenárias, reuniões regulares (estabelecer metas), fortalecer os diretórios municipais. Propomos também que sejam estabelecidas formas de consulta direta aos filiados e filiadas e garantir maior participação desses nas decisões partidárias.

3. Formação: Carecemos de debates para a produção de sínteses. Criar espaços regulares de formação, divulgar iniciativas de formação da Fundação Lauro Campos Marielle Franco, ciclo de debates etc.

4. Setoriais ativos e democráticos, com a criação de um regimento estimulando a criação de espaços para as mulheres, juventude, comunicação, saúde, negros e negras, tecnologia, economia, LGBTQIA+, dentre outros.

O PSOL pode ser mais forte e mais democrático. Para isso, precisamos de mudanças que superem o espírito de fração que alguns grupos insistem em reproduzir. O PSOL só será útil ao povo na medida em que estiver em condições de defender com firmeza e unidade suas posições. O PSOL RN pode mais!

1. Antônia Maria Alves de Albuquerque
2. Natália Oliveira de Andrade
3. Adriana Maria da Silva Medeiros
4. Alex Bento de Oliveira
5. Adrielly Barbosa Nunes Maciel
6. Leidianne Cavalcanti
7. Marcos Ernesto Soares
8. Sedruoslen Guelir Cavalcanti Costa
9. Cosme Lopes dos Santos
10. Vanessa Oliveira Andrade
11. Maria Goretti de Oliveira
12. Vinicius Anderson O. Andrade
13. Alaide Cristina F. de Araujo
14. José Monteiro do Nascimento Junior.
15. Cosme Lopes dos Santos
16. Jucimara Teofilo de Souza Lopes
17. Nailde dos Anjos Moura
18. Mauricio Vagner Peixoto
19. Angéliga dos Anjos Moura
20. Maria do Socorro Monteiro Santiago
21. Maria Zilma das Chagas
22. Queirolaine G dos Santos
23. João Batista S.A32:G88 Moura
24. Maria Tito Dantas
25. Vandrê Walmar Moura Simão
26. Zilma Moura da Silva
27. Patricia dos Anjos Moura
28. Adrienny Barbosa Nunes Maciel
29. Gyllierthon do N. Xavier
30. Liandson Oliveira da Silva
31. Carlos Alberto Lima dos Santos Junior
32. Caryne Q. dos Santos
33. Djaneide Feliz Moraes
34. Edgar dos Santos Gomes
35. Francisca Luana de Sales



36. Iza Gabriela O. dos Santos
37. Josiane S. Alencar
38. Josivan S de Moura
39. Kelder Jose G. Moura
40. Luciano Atanazio da Silva
41. Luciene B. da Silva Felipe
42. Luzicleide B da Silva
43. Maria Roseane de A. Nascimento
44. Maria Teresa Silva Felipe
45. Mirolino Silva Figueredo
46. Rarissonia Maria Nascimento
47. Robert Ritchie Dantas Silva
48. Erick Clapton P. Oliveira
49. Kaio Alexandre B da Silva
50. Patricia Cristina de Alencar Dantas
51. Diego Vinicius F. Bezerra
52. Leylaine Cavalcante de Freitas
53. Maria Mirineide S. Souza
54. Eliane Fernandes de Sousa
55. Bruna Kelly Nunes
56. Cmila Cristina Galdino
57. Cristiano Gladino de Almeida
58. Erivane Freire do Vale
59. Flavia Luda da Silva
60. Francisca das Chagas Soares
61. Francisca das Chagas S. Santana
62. Francisca Josinaia Costa Marques
63. Geovany Paulo de Lima Silva
64. Iara Kelly S de Oliveira
65. Islani Beatriz A. da Silva
66. Ivanilda R dos Santos
67. Jeronimo da S Costa
68. Jorge Fabio da S. Lima
69. Josemberg da S. Viana
70. Lucas Cavalcanti Paulino de Lima
71. Luiz Felipe D. Silva da Cruz
72. Maria da Conceição Claudino dos Santos
73. Maria dos Navegantes B. Andrade
74. Maria dos Navegantes G. Almeida
75. Maria Irailde da Silva
76. Maria Jose Roberto
77. Maria Jose Bezerra da Silva
78. Marluce de Paiva Cavalcanti
79. Marta Andreza de Lima Santana
80. Rayane Cavalcanti Nascimento
81. Temis do Carmo Barbosa

82.Ysnara Pollyana S Rocha
83.Eunice S Medeiros
84. Jairo Gabriel Leonez dos Santos
85.Maria Jose Cavalcante Barbosa
86.Neuma dos Santos Herculano
87.Nilzete dos Santos Isidorio
88. Sidileide F. Souza
89. Dalvaci Neves.
90. Gabriela de Oliveira Miranda
91. Glaucio Silva
92. Ronilson Silva
93.Carlos Alexandre Silva
94. Andreia Maciel
95. Sidney Maciel
96. Alessandro da Silva Maia